



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA-TO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MADALENA RIBEIRO CORCINO

FORMAÇÃO DOCENTE: EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Madalena Ribeiro Corcino

**Formação Docente: Educação Especial no Ensino
Fundamental**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema - TO, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Professora Dra. Luciane Silva de Sousa.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C793f Corcino, Madalena Ribeiro.

Formação Docente: Educação Especial no Ensino Fundamental. /
Madalena Ribeiro Corcino. – Miracema, TO, 2023.
39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.

Orientadora : Luciane Silva de Sousa

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Formação docente. 4. Linha. I.
Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

MADALENA RIBEIRO CORCINO

FORMAÇÃO DOCENTE: EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO
FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema - TO, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13/12/2023

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luciane Silva de Souza, orientadora, UFT

Profa. Dra. Juliana Chioca Ipolito, avaliadora, UFT

Prof. Thallyta Teixeira da Silva, avaliadora, UFT

Dedico este trabalho aos meus familiares como
prova de amor e respeito.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o fim de uma jornada desafiadora, mas extremamente enriquecedora. Neste momento especial, expresso minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o sucesso desta pesquisa e para o crescimento da minha jornada acadêmica. Primeiramente, agradeço à Deus que é pai e criador e me permitiu saúde, paciência, sabedoria e acima de tudo protegido a minha família, orientando meu caminho e guiando meus passos.

"Na minha angústia, invoquei ao SENHOR e clamei ao meu Deus; desde o seu templo, ouviu a minha voz aos seus ouvidos chegou o meu clamor perante a sua face." (Salmo 18:6).

"E clamar ao senhor na sua angústia e os livrou das suas dificuldades. " (Salmo 107:6).

Agradeço infinitamente a minha orientadora Dra. Luciane Silva de Souza, por sua dedicação, conhecimento especializado, orientação e apoio, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência e compromisso em me guiar durante todo o processo de pesquisa foram inestimáveis. Agradeço também por compartilhar seu tempo, conhecimento e experiência, enriquecendo minha compreensão sobre o tema.

Aos professores do curso de Pedagogia, que compartilharam conhecimentos valiosos e inspiraram meu amor pelo ensino, meu sincero agradecimento. Cada aula foi uma oportunidade de aprendizado e reflexão, moldando minha visão sobre a educação; em especial a professora Ilda, que esmerou seu ensinamento no ensino fundamental, no processo de alfabetização, sendo significativa sua dedicação, servindo de inspiração para meu desenvolvimento pessoal como estudante.

Gostaria de expressar minha gratidão aos colegas de classe e amigos, cujo apoio e incentivo foram pilares essenciais ao longo desta trajetória acadêmica. Agradeço por compartilharem ideias, participarem de discussões enriquecedoras e proporcionarem momentos de descontração, tornando esta experiência ainda mais significativa e prazerosa. Nossas trocas de conhecimento e experiências desempenharam um papel crucial no meu crescimento pessoal e acadêmico. Em especial agradeço a Ducelia, por todo suporte com condução durante um longo período de puerpério e estudo acadêmico que enfrentei; a Danila Salazar, companheira de leitura e discussões nos estudos, tornando-se amiga; a Tainara que me acompanhou em todos os trabalhos acadêmicos e enfrentamentos no processo formativo, se fazendo uma grande companheira; a Ana Paula, que me auxiliou desde a matrícula na universidade no primeiro dia, criando um vínculo de amizade desde então.

Agradeço profundamente à minha querida mãe Dulce Ribeiro de Sousa, cujo amor incondicional, confiança e sabedoria foram bússolas orientadoras ao longo da minha vida, sem todo seu sacrifício desde a minha infância, não teria chegado onde estou. À minha amada filha Aylla Alves Corcino, cuja paciência, carinho, atenção, companhia e compreensão foram uma fonte constante de inspiração desde o início, expresse minha eterna gratidão. Sua presença trouxe equilíbrio e alegria à minha vida, motivando-me a persistir nos estudos. Ao meu companheiro José Alves dos Santos, cujo apoio inabalável e compreensão foram alicerces fundamentais, agradeço de todo o coração; sua paciência e incentivo foram faróis luminosos, me dando suporte nos períodos mais intensos, com os cuidados a nossa filha e auxiliando sempre nos afazeres de casa, durante todo o percurso acadêmico.

A todos os familiares em geral, expresse meu profundo agradecimento por compartilharem desta jornada comigo. Seu apoio, compreensão e celebração dos meus sucessos foram uma fonte constante de força e felicidade. Cito aqui meu pai José Bonfim Corcino de Sousa, que foi alicerce em toda minha vida; meus irmãos José Divino, Sebastião, Edileuza, Simone, Edilene (mesmo que não esteja mais presente em minha vida), João Gabriel, Ana Cristina, José Bonfim Junior, Jean Lucas, Davi e em especial Eliamaria Ribeiro Cursino, acadêmica da UFT, no curso de educação física, que tem sido grande parceira em todos os dias, com os trabalhos acadêmicos e em todas as demandas que a faculdade exige, sempre me dando suporte para os enfrentamentos, inclusive no início com acesso à internet para dar seguimento aos estudos; aos meus sobrinhos (as), em particular ao Gabriel que mesmo sob meus cuidados tem dado suporte com minha filha servindo de companhia e zelo nas brincadeiras enquanto estive inteirada no meu processo formativo; a minha tia Maria Vicelina Soares Campos Professora efetiva, que por diversas vezes indicou artigos, livros e outras leituras para fortalecer e embasar minha pesquisa, expresse minha profunda gratidão por todo apoio e suporte; Eurália Alves, (cunhada), que sempre esteve disposta em cuidar de minha filha quando houve necessidade; a família Muricí, que me acolheram em sua casa, quando me instalei em Miracema do Tocantins, oferecendo carinho, apoio e suporte nos estudos e até hoje, passando de pais para filha (Sílvia).

Agradeço a cada um de vocês por fazerem parte dessa conquista, pois cada gesto de carinho e encorajamento contribuiu para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender a Educação Especial Inclusiva e a importância da formação docente inicial e continuada. Para tanto, questiona-se: como a formação pode contribuir para uma educação inclusiva que torne possível incluir o estudante com necessidades educacionais especiais na escola, nos anos iniciais do ensino fundamental? A história da Educação Especial no Brasil é uma narrativa complexa que reflete a evolução das percepções sobre deficiência ao longo do tempo. É crucial para pedagogos em formação, compreender a inclusão, como o verdadeiro acolhimento, aceitação e reconhecimento do indivíduo, independentemente de suas limitações, cor, raça, credo ou cultura. E isto se particulariza ainda mais quando tratamos dos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados na escola, o que exige cada vez mais do docente e da comunidade escolar, no que se refere à diversos aspectos desde pensar sobre a infraestrutura da escola até as estratégias de ensino e a estrutura de materiais didático-pedagógicos que possam atendê-los. Assim, na formação profissional é essencial capacitar pedagogos para efetivar o processo educativo inclusivo, que busca a participação de alunos com necessidades especiais, com profissionais preparados, garantindo um ensino em que os estudantes possam se desenvolver e aprender. A pesquisa de base bibliográfica, permitiu refletir sobre o fato de que a formação dos professores deve priorizar o desenvolvimento da sensibilidade e reflexão sobre a prática docente, planejando de forma flexível e considerando as diversas possibilidades educacionais.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão escolar. Formação docente.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand Inclusive Special Education and the importance of initial and continuing teacher training. To this end, the question is: how can training contribute to inclusive education that makes it possible to include students with special educational needs in school, in the early years of elementary school? The history of Special Education in Brazil is a complex narrative that reflects the evolution of perceptions about disability over time. It is crucial for pedagogues in training to understand inclusion, as the true welcome, acceptance and recognition of the individual, regardless of their limitations, color, race, creed or culture. And this becomes even more specific when we deal with students with special educational needs enrolled in school, which increasingly demands more from the teacher and the school community, in terms of various aspects, from thinking about the school's infrastructure to teaching strategies. and the structure of didactic-pedagogical materials that can serve them. Therefore, in professional training it is essential to train pedagogues to carry out the inclusive educational process, which seeks the participation of students with special needs, with prepared professionals, guaranteeing teaching in which students can develop and learn. Bibliographical research allowed us to observe that teacher training must prioritize the development of sensitivity and reflection on teaching practice, planning flexibly and considering the different educational possibilities.

Keywords: Special education. School inclusion. Teacher training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério Da Educação
PAE	Programa de Atendimento Especializado
PPP	Projeto Político Pedagógico
U.E.	Unidade De Ensino

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Problema de pesquisa.....	12
2	OBJETIVOS	13
2.1	Objetivo geral	13
2.2	Objetivos Específicos.....	13
3	METODOLOGIA	14
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
4.1	Trajetória da inclusão e da Educação especial	16
4.2	Conceituando a inclusão	19
4.3	Legislações que amparam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais	22
4.4	Inclusão na escola e as dificuldades enfrentadas	27
5	ANÁLISES E DISCUSSÕES	31
5.1	A necessidade de preparar o professor de educação especial.....	31
5.2	A importância do planejamento do professor no contexto da inclusão.....	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Especial começou a ser organizada e discutida, de fato, no século XX, ganhando força com a Declaração dos Direitos Humanos e, nas últimas décadas, com a inclusão garantida pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

A legislação estabelece, além da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais, a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado, na própria Constituição de 1988, preferencialmente na rede regular de ensino, destacando a importância de profissionais capacitados para promover uma educação inclusiva e eficaz. Apesar das conquistas legais, os desafios persistem, evidenciando a necessidade contínua de preparar educadores e garantir o pleno desenvolvimento das pessoas com necessidades educacionais especiais - NEEs.

A discussão da inclusão no contexto educacional é central para compreender e atender às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes NEEs. Neste cenário, a inclusão não é apenas um termo, mas uma filosofia educacional que desafia interpretações equivocadas e promove a aceitação plena dos sujeitos como participantes ativos na sociedade.

Para um pedagogo em formação, compreender a inclusão significa reconhecer cada indivíduo como capaz de desenvolver suas habilidades, independentemente de cor, raça, cultura, credo ou outros aspectos e mais profundamente, compreender os estudantes NEEs como sujeitos de direitos e que precisam de fato de uma inclusão que aconteça com qualidade.

A palavra "inclusão" ecoa como um imperativo na educação contemporânea, mas a sua verdadeira realização demanda uma compreensão profunda e ação efetiva por parte dos educadores, especialmente daqueles que lidam com crianças deficientes. Em um contexto onde a evolução ao longo dos anos trouxe consigo a necessidade de preparar os educadores para enfrentar as complexidades apresentadas por esses estudantes, os cursos e formações tornaram-se ferramentas cruciais.

As mudanças no sistema educacional brasileiro, impulsionadas pelas leis e diretrizes da educação nacional, destacam a importância de incluir todos os indivíduos com necessidades especiais na escola regular. Assim, formar professores para atender as demandas desse cenário é essencial e esta formação precisa ser contínua. Formar um professor para a educação especial vai além da transmissão de conhecimentos; significa descobrir os valores individuais de cada aluno NEE e reconhecê-lo como agente ativo na construção do conhecimento. Contudo, a implementação efetiva da inclusão não é isenta de desafios, exigindo dos profissionais reflexão constante, preparo pedagógico sólido e uma abordagem sensível às necessidades individuais.

Destaca-se a importância de os professores serem sensíveis e reflexivos, planejando de maneira flexível e considerando as diversas demandas de aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, o professor de educação inclusiva deve ser preparado para oferecer um ensino diferenciado e criar um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento desses sujeitos.

O estágio, como parte essencial da formação de futuros professores, desempenha um papel importante na preparação para a prática pedagógica, especialmente no contexto da inclusão. Ao adentrar ao ambiente escolar durante o estágio, o/a aspirante a professor ganha não apenas experiência, mas também a oportunidade de desenvolver sua identidade profissional e perceber o atendimento, em sala, aos estudantes NEEs, o que pode levá-lo a refletir sobre as perspectivas.

O estágio supervisionado emerge como uma ponte crucial de relação teórico-prática, proporcionando ao estagiário a experiência necessária para enfrentar os desafios da inclusão e desenvolver habilidades essenciais para o exercício da profissão docente. Assim se torna significativa a contribuição do estágio na prática pedagógica da inclusão, destacando a importância do contato direto com a realidade da sala de aula para a formação de professores comprometidos com a diversidade e a igualdade educacional.

A elaboração cuidadosa do planejamento pedagógico é de suma importância no contexto da educação inclusiva, pois a diversidade de estudantes, com suas distintas necessidades e peculiaridades, demanda uma abordagem diferenciada e sólida. Nesse cenário, é crucial reconhecer que o planejamento não é apenas uma formalidade teórica, mas uma prática flexível que se adapta às demandas específicas do grupo de alunos com os quais se trabalha.

A relação entre teoria e prática, embora às vezes contraditória, é fundamental no processo educacional, e se efetiva por meio da práxis.

O ato de planejar não é estático; ao contrário, é uma atitude crítica e dinâmica que permite ao educador repensar e revisar sua prática pedagógica, buscando constantemente novos significados. Um outro ponto que contribui para compreender a importância do estágio, na formação inicial e da formação continuada.

Observa-se a partir de vários teóricos que a escola inclusiva contemporânea busca proporcionar igualdade e oportunidades para que essas crianças não apenas participem do ambiente escolar, mas também alcancem um desenvolvimento em sua vida acadêmica e social. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados para garantir uma inclusão verdadeira e efetiva, demandando não apenas esforços dos educadores, mas também o

envolvimento ativo das famílias e da sociedade como um todo, proporcionando um ambiente educacional que visa à igualdade e à realização plena do direito à educação para todos.

A busca pela inclusão de crianças com necessidades especiais nas salas de aula do ensino regular, portanto, é uma meta central das escolas contemporâneas, visando proporcionar um ambiente dinâmico e renovado que faça diferença na trajetória educacional desses alunos. Entretanto, essa aspiração de inclusão se depara com desafios significativos, uma vez que muitas instituições ainda carecem dos recursos necessários para atender plenamente às demandas de crianças com necessidades variadas. O cerne desses desafios reside na complexidade do trabalho dos professores, que, mesmo preparados para acolher esses alunos, enfrentam obstáculos que podem comprometer a eficácia do ensino na unidade escolar.

Percebe-se a importância da formação contínua não apenas dos professores, mas de toda a equipe escolar, destacando que a verdadeira escola inclusiva depende de um comprometimento amplo, para enfrentar os desafios e promover uma educação que atenda a todos os estudantes, independentemente de suas especificidades.

1.1 Problema de pesquisa

A concretização da escola inclusiva demanda não apenas esforços individuais, mas também uma abordagem sistêmica que envolva políticas educacionais abrangentes e uma cultura de respeito e apoio mútuo entre todos os membros da comunidade escolar. Então, pergunta-se: isso resolve o problema que a escola encontra ao tentar incluir a criança/estudante com necessidades educacionais especiais? E, pensando na função docente, como a formação pode contribuir para uma educação inclusiva que torne possível incluir o estudante com necessidades educacionais especiais na escola, nos anos iniciais do ensino fundamental?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender a Educação Especial Inclusiva e a importância da formação docente inicial e continuada

2.2 Objetivos Específicos

- Estudar referências teóricas que tratam da educação especial inclusiva;
- Discutir sobre a formação inicial e continuada do docente para lidar com as demandas da educação especial;

3 METODOLOGIA

Segundo Freire (2016), o ato de ensinar demanda uma constante pesquisa por parte do educador, uma busca contínua para observar, intervir e, assim, efetuar o processo educacional. Para o educador progressista, a atitude inquisitiva é inerente, e a curiosidade epistemológica deve ser uma presença constante ao longo de sua carreira docente, constituindo-se como uma condição essencial para sua formação contínua.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenço, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2016, p. 30).

Para melhor compreensão de uma pesquisa, precisa-se de uma pedagogia crítica, que não se contenta em apenas evidenciar as desigualdades, mas também se compromete ativamente com a construção de modos de vida mais justos, democráticos e solidários. Nesse contexto, ela se posiciona como uma ferramenta para promover não apenas a conscientização, mas também a ação transformadora. Ao empoderar os sujeitos, a pedagogia crítica busca não apenas criticar o status quo, mas também potencializar os indivíduos na luta pela construção de uma sociedade mais equitativa e justa.

A pedagogia crítica possibilita-nos visualizar e denunciar as condições estruturais da desigualdade em todos os sujeitos na e desde a luta por construir modos de vida mais justos democráticos e solidários em todos os âmbitos (econômicos, políticos, culturais, educativos e subjetivos) e, de igual modo, compromete-se com a potencialização de sujeitos na e desde a luta para construir modos de vida mais justos, democráticos e solidários. (ORTEGA, 2018, p. 128 – tradução de ADAMS, & PEGORARO, 2020).

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi conduzida uma revisão da literatura, utilizando diversas fontes bibliográficas. A metodologia adotada para esta pesquisa é de natureza qualitativa, visando a compreensão aprofundada dos conceitos, teorias e perspectivas relacionadas ao tema. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela complexidade do fenômeno em estudo e pela necessidade de explorar interpretações, significados e contextos presentes na literatura. Para Lakatos e Marconi “A pesquisa bibliográfica é aquela que é feita após ter lido assuntos que autores já discutiram, e que podem ser encontrados nos livros, artigos, teses, monografias e outros”. (LAKATOS E MARCONI 2017, p.66).

Durante a pesquisa bibliográfica é o momento das descobertas, isto é, o acadêmico constrói seus primeiros conhecimentos que irá servir como suporte em busca da prática para o mercado de trabalho. Certamente que não há como desenvolver habilidades se não estiver preparado teoricamente, e se tratando do acadêmico, a pesquisa se o processo que contribui durante essa preparação do futuro profissional. Para Andrade (2010), a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas.

Para tal, segundo em Prodanov (2013):

A análise qualitativa é menos formal do que a quantitativa, pois, nesta última, seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Podemos, entretanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório. (PRODANOV, 2013, p. 113)

O processo qualitativo, frequentemente, envolve a coleta de dados através de métodos como entrevistas, observações e análise de documentos. Neste caso, vamos fazer um relato de experiência e discutir a fundamentação teórica, que também permite uma exploração profunda da temática, contribuindo para uma compreensão mais completa e enriquecedora.

Durante meu estágio na escola, mergulhei de cabeça na realidade dinâmica da sala de aula. Ali, a teoria se encontrou com a prática, revelando nuances que só podem ser apreendidas no momento. Testemunhei a riqueza de habilidades, personalidades e histórias dos alunos, cada um contribuindo de forma única para o processo de aprendizagem. Desde a contemplativa tranquilidade até a vibrante participação, cada estudante trouxe consigo uma bagagem singular, enriquecendo o ambiente educacional. O gerenciamento da classe se mostrou desafiador, exigindo um equilíbrio delicado entre autoridade e empatia, além de uma boa dose de flexibilidade e paciência. Compreendi que ensinar vai além da mera transmissão de conhecimento; é também cultivar um espaço onde a curiosidade floresça e os erros sejam vistos como oportunidades de crescimento. Entre planos de aula meticulosamente elaborados e improvisações necessárias, encontrei a magia da educação acontecendo em tempo real. Cada obstáculo superado, cada expressão de entendimento, cada conexão estabelecida fortaleceu minha convicção no poder transformador da educação. Nessa jornada, descobri não só o que significa ser um educador, mas também ser um eterno aprendiz na grande escola da vida.

“O estágio curricular é compreendido como um processo de experiência prática, que aproxima o acadêmico da realidade de sua área de formação e o ajuda a compreender diversas teorias que conduzem ao exercício da sua profissão”. (SCALABRIN; MOLINARI, 2013, p. 04).

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Trajetória da inclusão e da Educação especial

Houve tempos em que a inclusão não era cogitada na sociedade, portanto, algo fora do contexto social. Pessoas com qualquer ‘deficiência’ ou ‘diferentes’ sofriam exclusão, porque se acreditava que elas estavam possuídas por espíritos malignos. Não eram vistas como humanos dotados de direitos e deveres, restando uma vida inativa na sociedade (SILVA, 2009).

Nos tempos medievais, surgiu o conceito de segregação, mudando a visão perante as pessoas com deficiência. A exclusão cedia lugar à segregação, em que foram criados lugares separados para a destinação desse grupo. Antes, não havia um espaço definido para essa população.

Entretanto, os contextos históricos de exclusão e de segregação tiveram dificuldade de tratar as pessoas com deficiência em igualdade de condições. O preconceito nítido em relação a essa população estava obscurecido pela aparência de piedade. As pessoas com deficiência ainda eram vistas como as que ameaçavam o ideal de normalidade daquela época. Buscavam-se formas de trazer tranquilidade e segurança aos demais. Elas eram segregadas, não tinham liberdade, nem contato direto com seus familiares, sofrendo o descaso social (SILVA, 2009).

A conscientização da sociedade foi sendo mudada com o tempo, sendo alguns eventos e legislações os pontos de partida para assegurar os direitos das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 e a Declaração de Salamanca de 1994 são exemplificativas desses direitos. O que antes era visto como manifestação demoníaca, passou a ter o respaldo da legislação para a abertura da integração desse grupo na sociedade. Contudo, isso não aconteceu rápido, foram séculos de trajetória para que as pessoas com necessidades especiais fossem reconhecidas como pessoas com direitos e que legislações surgissem para garantir esses direitos.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período, duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado por Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos situados no Rio de Janeiro, sendo pioneiros no atendimento ao público especial. São instituições voltadas à instrução primária e a alguns ramos da educação secundária, trabalhando o processo escolar da época.

A partir do século XIX, a aceitação começou a expandir-se. A valorização daqueles que apresentavam necessidades especiais foi sendo ampliada. Os aspectos físicos ou as deficiências já eram compreendidos como consequências hereditárias (SILVA, 2009).

Foram criadas as escolas especiais, com o princípio de certa normalização. A integração escolar de pessoas com deficiência se realizaria em instituições específicas e nas de ensino regular em classes separadas. Entretanto, o caminho e o contexto histórico das pessoas com necessidades especiais, até chegar à inclusão, foram marcados por conflitos, decisões e preconceitos. Atualmente, a legislação compreende essas necessidades e amplia a inclusão, garantindo direitos a todos. A legislação nacional parte do pressuposto de que a educação inclusiva se caracteriza como uma ampliação do acesso à educação de grupos historicamente excluídos em função de sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência (PLETSCH, 2010,).

A educação inclusiva é um termo relativamente novo, mas advindo de uma realidade antiga do contexto social. Tem uma história permeada de mobilizações civis e interesses econômicos. Após um longo período de exclusão e abandono das pessoas com deficiências, as mudanças começaram a surgir, no Brasil, no século XIX.

A inclusão, em meio ao contexto turbulento, surgiu para consolidar os direitos desse grupo de pessoas com necessidades especiais. A situação de descaso precisava ser revista, rompendo com conceitos segregacionistas para trazer uma perspectiva diferente. O direito de acesso à educação de qualidade, o respeito e a igualdade foram valores discutidos para direcionar todo o processo de inclusão no século XX.

No século XX, o atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, teve início a partir do Império onde houve uma série de alterações através da Declaração dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo como finalidade, proteger as pessoas com deficiência, eliminando as barreiras na sociedade.

Discursos a respeito dos direitos humanos de forma generalizada já faziam parte de debates de nível mundial, ganhando força no cenário político do século XX. No Brasil, foram criadas associações assistencialistas que mantinham atendimento escolar e terapêutico especializados para deficientes. São exemplos a Pestalozzi (1926), por Helena Antipoff, e a APAES (1954), que têm ampliado seus atendimentos e suas unidades até a contemporaneidade.

Conforme Mazzotta (2011), o intenso debate e a mobilização em torno dos direitos das pessoas com deficiência começaram a materializar-se nas políticas públicas educacionais brasileiras nos anos de 1950. A ideia de educação inclusiva fundamenta a elaboração da Política Nacional de Educação para o sistema de ensino e a educação inclusiva. Registrou-se uma

evolução no acesso de pessoas com deficiência à escola regular. Entretanto, a ampliação não quer dizer que os problemas foram resolvidos.

Nos anos 1970 e 1980, o atendimento aos indivíduos com deficiência mental originou-se por meio de propostas curriculares CENESP/MEC, 1979, 1984, 1986, oferecendo direitos na classe comum, com apoio de salas de recursos e serviços especializados.

De acordo com sua trajetória histórica, a educação especial no Brasil tem passado por reformas ao longo dos anos, na questão de preparar profissionais com níveis elevados em conhecimentos, práticos e científicos fundamentado em cada deficiência dos indivíduos, se certificando de que eles possam ser cuidados de forma adequada a cada necessidade.

Juntamente com o que se denomina inclusão aparece o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é concebido como conjunto de ações realizadas de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Tem como objetivo garantir a igualdade de condições para o acesso à participação e à permanência de todos os estudantes com demandas específicas no ambiente escolar e voltar-se para o desenvolvimento das habilidades desses sujeitos (cognitivas, sociais, entre outras). Werneck (1988) afirma que:

Na constituição brasileira: O inciso III do artigo 208 da Constituição Federal fundamenta a educação no Brasil e faz constar a obrigatoriedade de um ensino especializado para crianças portadoras de deficiência. Esse é o texto. "O dever do Estado com educação ser efetivado mediante a garantia de: III - Atendimento educacional especializado a portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino."

2 - Na lei de diretrizes e base de 1996: No título III " Do direito à educação e dever de educar", a LDB diz que o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante algumas garantias. No seu artigo 4º, inciso III, a lei postula:

3 - "Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. (WERNECK, 1988, p. 82).

Assim como integra e está diretamente ligado à inclusão, o AEE trabalha não especificamente com determinado conteúdo curricular – objeto de aprendizagem (embora, possa fazê-los nas salas de atendimento multifuncional), mas também o desenvolvimento emocional e a interação social do educando com necessidades especiais. O movimento de inclusão está embasado na Constituição federal de 1988, na Declaração de Salamanca e em outros documentos legais. No caso da inclusão do NEE, este respaldo vem, principalmente, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

A Declaração de Salamanca defende que a criança deve estar matriculada na escola regular, independentemente de sua condição física, intelectual, social e linguística. Esse documento esclarece sobre a inclusão na prática, em que escolas de ensino regular necessitam

realizar mudanças que considerem recursos, aspectos pedagógicos e curriculares, melhorias na estrutura física e outras para promover a inclusão, além de contarem com os familiares e a comunidade nessa conquista:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) avançou no apoio à inclusão, aderindo às políticas educacionais inclusivas. O primordial é a necessidade de cumprimento da igualdade de direitos, sem preconceito, com respeito às diferenças físicas e intelectuais.

Com a intensificação das leis criadas após a constituição de 1988, a população deficiente já se encontra no direito constitucional, visto que em certos casos ainda prevalece algumas dificuldades aceitas pelas famílias em não acreditarem que a escola possa auxiliar no desenvolvimento dos seus filhos.

De certa forma, Werneck (1988, p. 82) confirma que a criança com deficiência está amparada por lei e por essa razão, que o sistema educacional especializado, exige educadores preparados, capacitados para desenvolver um ensino a favor daqueles que precisam de uma educação especial.

4.2 conceituando a inclusão

A inclusão pode ser caracterizada como uma das principais preocupações mais recentes dentro do processo educativo, e é na formação profissional que se deve compreender que a inclusão é reconhecer que todo sujeito tem direitos e capacidade de aprender e se desenvolver sem exceção de cor, raça, cultura, ou qualquer outro aspecto. Para Bites (2005), a inclusão:

Fundamenta-se no princípio da igualdade de direito entre as pessoas a oferta de uma educação igualitária e de qualidade para todos, sem discriminações, com respeito às diferenças individuais e garantia de permanência de todos na escola no decorrer de sua formação. (BITES, 2005, p. 83).

Sem dúvida, a escola que se pretende hoje para as crianças com necessidades especiais seria essa instituição em que o autor define sobre as igualdades; originada pelo respeito mútuo e direitos de não serem criticadas por causa de suas diferenças. Para que ocorra a inclusão, é

necessário que esta ocorra de uma forma completa e sistemática, assim como destaca Mantoan (2003, p. 16):

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. MANTOAN (2003, p. 16):

O processo de inclusão não se restringe somente a matricular o estudante na escola, pois engloba a adequação da escola em sua infraestrutura física e pedagógica e a formação de professores, principalmente, quando se pensa na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. Incluir é repensar essa adequação e preparar a instituição para que proponha e viabilize as mudanças, já que

O objetivo da integração é inserir um aluno ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o motivo da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no interior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função de todas essas necessidades (MANTOAN, 2003, p. 16).

Assim, a educação inclusiva é o processo de inclusão de pessoas em todos os ambientes sociais. Seu objetivo é prevenir e evitar a segregação e a discriminação. Nesse sentido, a educação inclusiva proporciona à sociedade reflexões, transformações e a constituição de sujeitos menos excludentes.

A Declaração de Salamanca (1994), um dos documentos mais importantes no contexto da inclusão, serviu de base para a construção e o desenvolvimento da educação inclusiva no Brasil. Segundo a Declaração:

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, [...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Para buscar a igualdade das pessoas, existe um conjunto de leis chamado direitos sociais. É direito das crianças e dos adolescentes terem escolas gratuitas, próximas à residência, serem respeitadas pelos profissionais da educação e tratadas com igualdade de condições para a permanência no âmbito escolar.

Na perspectiva de uma escola regular apropriada para crianças que apresentam necessidades especiais, Gomes (2012) propõe que:

Não podemos desconsiderar que os amparos legais vêm possibilitando gradativamente a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular o que se torna um favorável indicador para a inclusão escolar. No entanto, esse fator deve ficar claro quando se "mede" a efetividade da inclusão pelo número de matrícula dos alunos com necessidades especiais no sistema regular, sem que haja preocupação com a inserção desses alunos no processo de aprendizagem. (GOMES, 2012, p. 5).

O sistema educacional de educação inclusiva está sempre atento para que nenhuma criança fique fora da escola; portanto, o próprio sistema se preocupa no preparo de profissionais e, segundo o autor, as dimensões curriculares da educação inclusiva propõem um ensino qualificado para estes.

É na formação inicial e continuada dos educadores que se acredita que a inclusão poderá dar certo, e as crianças irão aprender e se desenvolver, já que existem possibilidades ligadas aos recursos e planejamentos, embora ainda observamos a falta de infraestrutura nas escolas.

Faz-se necessário refutar a ideia construída historicamente de que a educação e a escola no Brasil, desde os jesuítas, é privilégio para um grupo social, havendo a exclusão, conforme expressa a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

[...] exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (MEC/SECADI, 2014, p. 6).

Compreende-se que a inclusão não é modismo, nem está ligada apenas ao âmbito escolar. É de suma importância que os profissionais da educação recebam esses alunos sem preconceito e valorizem as diferenças e as potencialidades.

Educar o aluno no ensino regular significa recebê-lo com um ensino de qualidade, independentemente de ser pessoa com necessidades especiais ou não. Não é segregando os alunos em uma sala de aula denominada especial que ocorrerá a socialização entre os educandos. Receber a criança na escola e colocar seu nome em diário não significa incluí-la. É necessário trabalhar as diferenças e os preconceitos para que haja inclusão. O professor precisa conhecer para saber lidar com as diferenças.

Para que haja sucesso na escola de ensino regular, é preciso dar condições para que as crianças especiais se sintam bem, no ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades. Por

isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva trata ao trazer os marcos históricos e normativos da inclusão:

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, **orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais” [...]**. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política de 1994 não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial (MEC/SECADI, 2014, p. 3, grifos nossos).

O acesso se efetiva com qualidade, desde que haja condições de estrutura física e pedagógica favorecendo o desenvolvimento das atividades curriculares e a permanência das crianças especiais na escola. Os investimentos e as políticas públicas são necessários para o atendimento efetivo e pleno.

As mudanças de postura dos profissionais (estratégias e metodologias que possam auxiliar os estudantes NEEs) e da família também contribuem com os objetivos do ensino-aprendizagem na escola. Isso perpassa pela transformação de comportamentos na educação, que acontece por meio do conhecimento, da informação e da formação adequada e continuada. Os preconceitos, como conceitos pré-concebidos, na maioria das vezes, não têm fundamentos e partem do senso comum, do medo do desconhecido ou de não saber lidar com a diferença.

Werneck (2000) pontua que é essencial que familiares, profissionais e autoridades estudem sobre o que é escola inclusiva. O professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, é sujeito essencial para as discussões no âmbito pedagógico para o atendimento às diferenças na sala de aula. A escola e seus profissionais precisam compreender a inclusão. A defesa da autora não parte de uma obrigação, mas da efetivação de um direito constitucional para o acesso e a permanência escolar de todos, sendo a educação de qualidade.

4.3 Legislações que amparam a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais

O direito à inclusão de pessoas com deficiência vem regido por várias leis que asseguram a igualdade de oportunidades para elas, garantindo o direito de ter educação, saúde, lazer, trabalho e outros acessos. Dentre as principais leis que preconizavam o atendimento ao público da educação especial, está a Lei 7.853, de 20 de dezembro de 1989, no art. 2º, que assim estabelece:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição federal de 1988 e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989).

Essa segurança se fundamenta na Constituição federal de 1988, no art. 208, inciso III, que expõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, para ser fornecido preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Lei 8.069/1990, no art. 53, em sua totalidade, abrange a educação para todos e seu pleno desenvolvimento para a vida em sociedade. Desde a infância, de forma a preparar para a vida adulta, o deficiente visual precisa ser tratado com equidade e garantia de direitos como cidadão, em condição de liberdade e dignidade.

As legislações repercutem nos movimentos ocorridos no mundo com o intuito de incluir os excluídos. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, em 1990, tratou da educação da mulher, do negro, do pobre, do índio, dos moradores das zonas rurais e das pessoas com deficiência (MACHADO, 2018).

Desse modo, as legislações brasileiras se embasaram no cenário de discussão e de luta pelas classes menos favorecidas, podendo ser observado que o Estado aliado a essa classe se fazia mais forte. Porém, diante das leis, a real situação que se encontrava era o ambiente educacional inadequado para as pessoas com deficiência. É possível afirmar que a efetividade da lei no atendimento especializado só foi adotada em 1990, embora ainda apoiada por lacunas legais.

No art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, são assegurados aos educandos com necessidades especiais currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas especificidades.

O Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, consolida normas de proteção e integração de pessoas portadoras de deficiência. A Resolução CNE/CEB 2, de 11 de setembro de 2001, apresenta o conceito de educação especial no art. 3º, que assegura o ensino para esse grupo, de acordo com suas peculiaridades, com serviços específicos e uma proposta pedagógica voltada à singularidade do educando, nas etapas da educação básica.

O Decreto 3.956, de outubro de 2001, reafirma os direitos das pessoas portadoras de deficiência de serem igualmente tratadas no ambiente escolar, eliminando barreiras que lhes impeçam de ter pleno acesso à escolarização.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, dispõe de metas para serem cumpridas na educação. Traz na sua 4ª meta o direito e a obrigatoriedade de dar acesso à educação básica de qualidade e atendimento especializado às pessoas de 4 a 17 anos, com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. O sistema inclusivo requer os recursos multifuncionais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em relação à acessibilidade, a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Também dá outras providências mediante a supressão das barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos para a acessibilidade, bem como promove mudanças no mobiliário urbano e na construção com reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação. Em seu art. 2º, a acessibilidade coaduna com a participação da pessoa com deficiência na sociedade:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2000).

A adequação das barreiras arquitetônicas que permitem o acesso físico consubstancia com a discussão sobre o rompimento dos obstáculos pedagógicos, de forma que garanta a participação plena e efetiva do NEE.

A Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, no art. 1º, que se nomeia Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Visa-se a sua inclusão social para a cidadania. Em seu art. 2º, esclarece sobre o conceito da expressão pessoa com deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - A limitação no desempenho de atividades; e

IV - A restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência (BRASIL, 2015).

Verifica-se que as leis 10.098/2000 e 13.146/2015 percebem a pessoa com deficiência sendo aquela com algum tipo de impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial. Ambas lhe garantem o acesso de participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições. Essa última legislação (Lei nº 13.146/2015) afirma sobre a avaliação, que será realizada, quando necessária, por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. Para tal avaliação, é necessário que o Poder Executivo crie instrumentos adequados. Sobre a igualdade de condições, há a repercussão de não haver discriminação:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

No capítulo que trata da educação, a Lei 13.146/2015 dispõe, em seu art. 27, que a educação é direito da pessoa com deficiência. São assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de aprendizado, “[...] de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

No parágrafo único desse artigo (Art. 27), informa que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade “[...] assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Já o art. 28 reforça o art. 27, dispondo o seguinte:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

- VI - Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX - Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV - Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2015).

A citação dessa parte comporta um conjunto longo de incisos, sendo trazida na discussão para viabilizar aos leitores o conhecimento da Lei com as discussões sobre o que ela dispõe. A legislação trata da responsabilidade do Poder Público em tomar medidas para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação e para a oferta do profissional de apoio. Desse modo, consubstancia-se com a Declaração de Salamanca (1994), quando esclarece sobre a escola inclusiva:

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus educandos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Ainda, o documento coloca que as escolas regulares com orientação inclusiva são consideradas instrumentos eficazes de combater a discriminação, bem como meios de criar comunidades receptivas, além de construir uma sociedade inclusiva com a educação para todos. Nesse sentido, pensa-se sobre a escola inclusiva como aquela que rompe com a discriminação,

que educa os alunos para viverem harmoniosamente em sociedade, compreendendo e reconhecendo a diversidade.

Partindo da ideia de que todas as crianças têm capacidade de aprendizagem, havendo o direito de estarem em salas de aula, de acordo com a sua faixa etária, a escola precisa fornecer um ambiente agradável, adaptado e interessante para motivar os alunos especiais.

O conjunto da legislação, que especifica a temática, em seus textos, afirma que a educação é um meio de igualar todos os educandos, trabalhando com equidade e preparando-os para o mundo social e econômico. Como cidadãos, seus direitos precisam ser protegidos, incluindo os do ambiente escolar com a educação totalmente inclusiva.

4.4 Inclusão na escola e as dificuldades enfrentadas

A educação inclusiva está na realidade educacional brasileira há muito tempo, como observamos e, ainda encontra diversos problemas, mostrando os excluídos do meio escolar, isto é, os alunos com Necessidades Educacionais Especiais que estão matriculados, mas não lhe é dado o direito de aprender e se desenvolver. Bueno (*apud* PLETSCH, 2010, p. 10)

Os problemas educacionais têm origem inicial na falta de preparo e de estrutura do modelo educacional, cujo resultado é o não sucesso da inclusão. São muitos os problemas que atrapalham a perspectiva de desenvolver e efetivar a inclusão na escola. Portanto, é preciso refletir sobre e planejar a educação de forma a organizar uma inclusão com qualidade.

Um dos maiores problemas são as salas de aula nos anos iniciais, que é o foco do trabalho, muitas vezes lotadas e escolas com estrutura precária no que se refere à recursos e materiais didático-pedagógicos. Esse cenário é visto em qualquer escola brasileira. E, não se pode dizer que é porque é pública, mas é porque falta realmente investimento público no que é público para que a escola melhore em termos de infraestrutura e forneça aos docentes formação continuada (além da valorização docente) e materiais didático-pedagógicos que necessitam.

Sem condição física, as escolas não oferecem nem a mobilidade necessária e, ainda, reproduzem o preconceito e inviabilizam o real desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais. A falta de todo tipo de preparo das instituições e dos profissionais envolvidos revela o descomprometimento político-educacional. E não estamos culpando o professor e a escola, mas a ausência e omissão do poder público em viabilizar o trabalho.

(*apud* BUENO, 2010) aponta que as diversidades dos professores na política de inclusão se relacionam com dois aspectos em questão. O primeiro é com a falta de habilidades

profissionais. De forma específica, refere-se ao trabalho pedagógico no ensino regular com os alunos com deficiência. O segundo aspecto diz respeito à capacitação/formação docente na educação especial. Não estão preparados pedagogicamente para o trabalho inclusivo nas classes comuns, para proporcionar o desenvolvimento do estudante NEE.

Dentro da projeção inclusiva dos estudantes com necessidades educacionais especiais, é preciso haver uma equipe integralmente capacitada, com formação continuada constante e o professor de apoio e o cuidador.

O cuidador, é importante pontuar, tem uma função diferente do professor de apoio. Sua função é auxiliar o professor que atende o aluno com necessidades especiais em sua vida cotidiana, como declara a legislação:

Art. 1º O art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58...

§ 4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.”

§ 5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza-se pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considerada assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária.

§ 6º O cuidador escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados. (BRASIL, 1996)

Sabe-se da necessidade dos cuidadores, mas o que se observa é que esse profissional com a formação descrita pela legislação não está na escola. São profissionais que estão na escola e às vezes, o que é cenário de muitos municípios brasileiros, não têm a formação exigida. Restringem-se apenas aos cuidados básicos, como deslocamento e higiene. Já os professores, precisam ser formados em nível de graduação e atender ao estudante no que se refere às suas especificidades pedagógicas, tal como professor de apoio do estudante surdo, que precisa ter graduação e ser intérprete para dar o auxílio pedagógico a fim de que ele aprenda.

O desenvolvimento de estratégias e a preparação adequada favorecem a inclusão e não apenas a integração do aluno. A inclusão garante a aprendizagem e o desenvolvimento.

As dificuldades se estendem das organizações feitas na sala de aula no cotidiano, parecendo difícil de levar a inclusão adiante e de fato é. Porém, sua efetivação depende mais que de boa vontade. Para (*apud* PLETSCHE, 2010), a superação da exclusão está na formação dos processos pedagógicos que envolvem o saber e o ato de saber fazer, a partir do desenvolvimento específico de procedimentos didáticos e pedagógicos.

No ambiente escolar, esse atendimento precisa ter uma análise mais personalizada de cada caso. Para conhecer as especialidades do aluno e adotar o Plano Educacional

Individualizado (PEI). Esse tem o formato de entrevista em que o corpo docente, administrativo e a própria família ficam cientes da real situação do aluno dentro do ciclo escolar nos aspectos físico, mental, familiar, cognitivo e social.

A partir do conhecimento de cada caso específico, inicia-se o planejamento escolar, estimulando e respeitando as individualidades do aluno, engajado nos modos interdisciplinar e qualitativo. É necessário redefinir e melhorar as propostas desenvolvidas para a educação especial para que realmente sejam atendidos os que necessitam dela. Os resultados desse trabalho para alunos com alguma deficiência vêm por atos pedagógicos e alternativas vinculadas ao ensino comum, cujas estratégias mobilizam o ensino-aprendizagem inclusivo (PLETSCH 2010).

Uma das metas da escola hoje é dar conta da inclusão, acolhendo as crianças com necessidades especiais, em salas comuns do ensino regular, cujo o propósito é envolvê-las no ensino que possibilite a elas aprenderem e se desenvolverem.

Muitas escolas ainda faltam recursos disponíveis para atender todas as crianças NEEs, pois há alunos cadeirantes, cegos, surdos, deficientes intelectuais, autistas, e outras especificidades.

É um grande desafio para o professor executar seu plano de aula com alunos NEEs e estudantes que não tem nenhuma necessidade educacional especial na mesma sala de aula. Justamente porque falta formação continuada que o ajude a repensar suas práticas pedagógicas e aprender novas metodologias para auxiliar nessas dificuldades. Embora os educadores estejam preparados para acolher e ensinar esses alunos, ainda há muitos transtornos que podem impedir a promoção de um trabalho coletivo e diferenciado na escola.

Sem espaço e sem recursos, dificilmente pode haver interação e aproveitamento dos estudantes NEEs. Para Corrêa (2014) o ensino deve:

- a) satisfazer a necessidade básica de aprendizagem;
- b) expandir o enfoque da educação dialogada com o que há de melhor nas práticas correntes;
- c) universalização do acesso à educação e promoção de equidade;
- d) concentrar a atenção na aprendizagem, a fim de que todos possam realmente aprender;
- e) ampliar os meios e as condições de aprendizagem na educação básica;
- f) proporcionar um ambiente adequado à aprendizagem;
- g) fortalecer as alianças pela educação nos diferentes níveis nacional, estadual e municipal;
- h) desenvolver uma política contextualizada de apoio necessária a promoção individual do sujeito;
- i) mobilizar os recursos;
- j) fortalecer a solidariedade internacional. (CORRÊA, 2014, p. 78).

Assim, a escola para ser totalmente inclusiva, não depende somente dos educadores, há todo um conjunto de outras questões e nesta, podemos listar ainda, a formação docente. Porém, como ressalta Alves (2009):

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda a equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de uma sala de aula [...] alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídio suficiente para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p. 45-46).

A verdadeira amplitude da escola inclusiva seria realmente esta que segundo o autor, todos os funcionários independentemente do cargo, teriam que fazer formação, para poder reconhecer bem como superar os desafios e limitações; e é por essa razão que muitos municípios já contam com formações desde o porteiro ao gestor para que todos se sintam responsáveis. Certamente é uma tarefa difícil quando se trata de crianças NEEs em salas comuns de ensino regular, principalmente nos anos iniciais.

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A escolha deste tema decorre de uma curiosidade desenvolvida ao longo do curso de Pedagogia, juntamente com a percepção da relevância social em compreender mais profundamente a história das Políticas Públicas de Educação Especial e a própria inclusão de estudantes NEEs nos anos iniciais do ensino fundamental. Isto porque é nessa etapa da educação básica que o estudante aprende a ler e a escrever e entra em contato com objetos de estudo e áreas de conhecimento, como dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica e, a partir da Base Nacional Comum Curricular, nos Documentos **Curriculares** dos Estados, como é o caso do Tocantins com o DCT¹.

O interesse foi mais aguçado ao longo do processo formativo, por experiências vivenciadas na escola, com os estágios, indo ao encontro de desafios que foram vistos cotidianamente nas salas de aula. Percebeu-se a necessidade de estar devidamente preparada para trabalhar com os estudantes com necessidades educacionais especiais (NEEs).

Essas experiências pessoais revelaram a complexidade e as demandas específicas envolvidas no ensino para esse grupo de estudantes (NEEs), despertando mais ainda o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a formação docente voltada para a inclusão e a educação especial.

5.1 A necessidade de preparar o professor de educação especial

Com a evolução e mudança ao longo dos anos, surgiu também a necessidade de preparar através de formações continuadas os docentes que atuam na educação especial, pois além de serem muitas as demandas, há especificidades na educação especial.

Formar um professor para assumir uma função na educação especial é oferecer-lhes condições específicas de conhecimentos dentro da inclusão. O processo de inclusão não é fácil e nem tão pouco tranquilo, ao contrário, traz muitos desafios. Pode cada vez mais se deparar com dúvidas, incertezas, insegurança, erros e acertos; porém, repensando estes aspectos, é necessário preparar os profissionais, para que possam superar as barreiras e oferecer o ensino diferenciado a estes estudantes com necessidades especiais. Rozek (2010) afirma que:

O trabalho sobre o nosso próprio processo de formação e de conhecimento torna possível gerir com mais sensibilidade as dinâmicas de funcionamento do outro. Refletir sobre o próprio percurso biográfico aponta a possibilidade de transformar

¹ DCT – Documento Curricular do Tocantins (2019).

nosso processo e viver a busca de diversidade e do respeito à pluralidade no nosso cotidiano docente, na forma como os como nos relacionamos com os nossos alunos, na forma como pensamos as nossas aulas, na forma como avaliamos, como lidamos com os preconceitos e paradigmas enfim, na nossa capacidade de construir as pontes e os espaços necessários para aprender com o outro, compreendendo que o conceito de diferença está fora do alcance de uma razão absoluta." (ROZEK, 2010, p. 150).

Segundo o autor, é através da formação acadêmica, que o futuro profissional reflete sobre a vivência das realidades educacionais.

No curso de Licenciatura o professor começa a entender como desempenhar sua função na escola e no âmbito de sua profissão. Aprende e faz reflexões sobre fundamentos, métodos, teorias, planos de aula entre outros. Porém, é na escola que entra em contato com o real.

Sabe-se ainda que nem todos os acadêmicos que concluem o curso de pedagogia torna-se professor ou, mais especificamente professor da educação especial, mas os que vão seguir carreira docente, com certeza, irão entrar em contato com estudantes que tenham alguma necessidade educacional especial.

As dificuldades nas escolas hoje são bastante visíveis e os educadores em sua formação, precisam estar cientes dos desafios que irão enfrentar. O conhecimento adquirido e o que irão adquirir no processo de vivência na escola, além da formação continuada é que vai preparar esse professor para lidar com os desafios diários com os estudantes NEEs. Enquanto pedagogos, precisa entender que os anos iniciais são essenciais para esses estudantes aprenderem e se desenvolverem, principalmente no que se refere ao letramento e alfabetização, além de noções básicas que precisarão durante toda a educação básica.

Formar professores é tão essencial quanto formar estudantes, e é por meio dessas formações que se medeia um ensino com mais qualidade já que a escola é considerada como uma fonte de conhecimento e desenvolvimento dos educandos.

[...] A fim de que se fortaleçam os professores em termos teóricos práticos possibilitando-lhes uma reflexão constante sobre sua atuação e os problemas enfrentados em uma instrumentalização, aqueles conhecimentos imprescindíveis ao rendimento da sua prática (KRAMER, 2006, p. 197).

Com base nessa reflexão, observa-se que na formação de professores, a práxis é um caminho que surge no sentido de descobrir como ensinar de modo inclusivo os estudantes.

5.2 A importância do planejamento do professor no contexto da inclusão

O planejamento surge quando o indivíduo necessita realizar qualquer ação dentro de um projeto que irá idealizar a prática, porém, com a escola inclusiva não seria diferente, uma vez que para desenvolver uma aula, precisa saber o que fazer diante de estudantes com deficiências,

com opiniões e atitudes diferenciadas; nesse sentido, surge o ato de planejar como uma única solução onde seria uma forma de antecipar o que irá ser desenvolvido em sala de aula; isto é, a eficácia do planejamento é muito importante quando se trata em desenvolver uma prática voltada para a inclusão de todos os estudantes em sala de aula, portanto, é importante saber que os planejamentos da teoria está sempre ligada à prática, porque é preciso conhecimento para que o planejamento torna-se eficaz para os alunos, nesse contexto Candau e Lelis (1999, p. 63), confirmam que:

[...] na relação teórico prático se manifestam os problemas e contradições da sociedade em que vivemos que como sociedade capitalista privilegia a separação trabalho intelectual - trabalho manual e consequentemente, a separação entre teoria e prática (CANDAU, LELIS, 1999, p. 63).

Na formação do acadêmico, os primeiros contatos com planejamento se propagam na teoria onde ele terá momentos voltados para pesquisa, para entender o significado de planejar. De acordo com o autor, para muitos, a práxis pode se contradizer e ser entendida e desenvolvida em conjunto, o mesmo no processo educacional, ambas estão presentes pois a prática segue a teoria quando se trata em desenvolver um bom planejamento de modo que faça a diferença entre todos os estudantes.

De certa forma, vale dizer que o planejamento é uma proposta pedagógica em todas as demandas da sociedade estudantil, pois abrange o contexto como um todo dos alunos nas tomadas de decisões além das ações que irão ser realizadas durante o ano letivo na unidade escolar.

O planejamento é considerado como uma ferramenta indispensável nas escolas, pois só através dele pode se direcionar o funcionamento de uma aula, quais recursos podem ser utilizados para que as aulas não se tornem cansativas e sem sentido para os alunos.

Atualmente as escolas utilizam o planejamento com a finalidade de enriquecer a prática pedagógica, e oferecer aos estudantes o ensino com mais clareza, dedicação e aproveitamento.

O ato de planejar vem de uma origem concreta necessária à vida do cidadão, pois não há como se adquirir bons resultados principalmente na inclusão, as ações não forem planejadas de acordo com os objetivos a serem alcançados. Com a evolução e mudanças na educação, a organização curricular tem contribuído no ensino e aprendizagem das crianças de educação inclusiva, uma vez que há momentos em que elas desenvolvem suas habilidades em sala de aula, no qual o professor utiliza um planejamento diferenciado dos demais para auxiliar nas dificuldades de aprendizagem apresentadas por elas.

Os recursos pedagógicos tecnológicos são de muita importância quando se precisa enriquecer uma aula e dar mais qualidade ao ensino. No entanto, os materiais concretos, a música, além de alegrar as crianças com deficiência desenvolve sua vida afetiva cognitiva, física, emocional, além de contribuir no desenvolvimento psicomotor de cada uma, através da interação com o outro e relacionamentos interpessoais entre o grupo. Os papéis dos recursos didáticos pedagógicos ajudam na motivação, pois abrange o processo de pensamento, reflexão, organização de ideias e melhor entendimento dos conteúdos trabalhados. Sendo assim o planejamento deve ter intencionalidade para a prática, orienta e serve de base para a mesma acima de tudo, deve ser flexível, atendendo a identidade e as necessidades do grupo de crianças no qual se está trabalhando [...] (OSTTETO, 2000 apud. MARCHESON, 2012, p. 17).

É a partir do planejamento que se começa a refletir o que seria mais real para desenvolver o ensino com as crianças especiais de acordo com sua vivência e experiência de vida. O autor deixa claro quanto conceitua o ato de planejar, reafirmando que o principal foco do planejamento seria a própria identidade da criança, porém, sem reconhecer a clientela com quem se trabalha, não seria possível construir um planejamento voltado para as necessidades de seu grupo com quem está trabalhando.

É fundamental que o planejamento seja algo do desejo das crianças com deficiência pois se as aulas não estiverem programadas de forma eficaz onde elas possam desenvolver as habilidades propostas, tornam desmotivadas onde o professor deverá traçar novas metas de ensino, acrescentando no planejamento outras sugestões no qual essas crianças possam dominar os conteúdos em estudo. Na explicação do autor, ele demonstra que o planejamento é uma forma de programar aulas, elaborar roteiros; todos esses fatores são bem importantes quando se precisa alcançar determinados objetivos. De certa forma o que não se pode esquecer é que o planejamento por ser flexível, estará sujeito a acréscimo quando for necessário; o importante é que esteja sempre buscando aquilo que se pretende alcançar dos estudantes.

Compreende-se que os recursos utilizados na hora de planejar, bem como os livros didáticos são bem aceitos e ricos em ideias, uma vez que trazem muitas novidades para os alunos porém, o professor precisa estar atento na hora de preparar suas metodologias de ensino e aprendizagem, inserindo em seu planejamento questões relativas ao autoconhecimento das crianças especiais, lembrando que em uma instituição escolar, a clientela é sempre composta de pessoas de várias raças, com linguagens e costumes diferentes, e por essa razão é que o planejamento deverá estar sujeito a mudança a qualquer momento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve história da Educação Especial no Brasil revela uma evolução significativa nas percepções e tratamentos dispensados às pessoas com necessidades especiais ao longo dos séculos.

A conceituação da inclusão mostra a complexidade e importância dessa abordagem no contexto educacional, particularmente para pedagogos em formação. A inclusão não é apenas um conceito teórico; é um compromisso prático e contínuo que exige uma compreensão profunda das necessidades individuais, respeito às diferenças e uma abordagem pedagógica centrada no aluno.

A formação de educadores se faz essencial para garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade de desafios apresentados por alunos com necessidades especiais.

Em destaque, encontra-se a importância de uma abordagem pedagógica inclusiva, baseada na igualdade de direitos, respeito às diferenças individuais e garantia de permanência na escola. No entanto, ressalta-se a necessidade de uma preparação mais aprofundada e sensível por parte dos educadores, superando estigmas e preconceitos. O desafio persiste na garantia de que, além da inclusão no sistema regular, haja efetiva participação no processo de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral e a verdadeira inclusão.

A fundamentação trouxe os apontamentos de como ocorre a inclusão e como se faz necessária no âmbito da educação. É assegurada por leis e documentos específicos, mas ainda não se efetivou plenamente para todos.

O estudo trouxe a reflexão sobre a importância da formação adequada dos profissionais da educação para atender igualmente a todos na educação. Os conhecimentos essenciais para o trabalho educacional possibilitaram conhecer e perceber a urgência de melhorar a situação do processo de inclusão. A necessidade de estrutura tem desdobramento na questão pedagógica.

Esta pesquisa possibilitou entender que, mesmo depois de movimentos e de várias leis serem criadas para garantir direitos aos educandos com necessidades especiais, ainda se constata que as redes de ensino básico não estão preparadas para atender alunos da inclusão. E, por mais que não se tenha feito uma pesquisa de campo, é notório tal afirmação, principalmente, nas observações realizadas nos estágios supervisionados em que vivenciei o cotidiano escolar.

Observou-se a necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as NEEs atendidas nas escolas, pois faltam cursos que deem a formação continuada aos professores para a proposta de ações que permitam a aprendizagem dos estudantes. Há

necessidade de dar condições e materiais apropriados para os professores trabalharem com a perspectiva da inclusão.

Assim, observou-se que para que se tenha o atendimento às crianças e haja realmente a inclusão, é necessária a adequação da estrutura educacional como um todo, principalmente com a formação de todos os profissionais que atuam diretamente com as crianças NEEs. Formação essa que lhes possibilite preparar para lidar com as NEEs em todos os aspectos que envolvem o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

Em relação ao planejamento, sua relevância no contexto da inclusão, aponta a necessidade de antecipar ações para lidar com a diversidade de alunos. A relação entre teoria e prática no processo de planejamento, mostra a importância de superar as contradições presentes na sociedade e na educação. A flexibilidade do planejamento deve atender às necessidades do grupo de crianças com quem se está trabalhando, sendo uma ferramenta crucial para enriquecer a prática pedagógica na inclusão e ressignificar a prática pedagógica, na busca por objetivos educacionais interativos e inclusivos.

Os desafios enfrentados na implementação efetiva desse modelo educacional e evolução histórica da inclusão e dos avanços educacionais na promoção da igualdade para os deficientes, são importantes e significativos. No entanto, desafios persistentes são enfrentados, como a necessidade de mudanças profundas no sistema educacional. O papel do Estado é importante, na promoção da educação inclusiva, com investimentos em escolas de qualidade, formação de professores e ensino especializado; a superação de barreiras nas escolas regulares, garantindo que os alunos com deficiência recebam suporte adequado.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T., & PEGORARO, C. (2020). Educação e Pesquisa: contribuições teórico-metodológicas de Freire à Pedagogia Crítica. **Reflexão E Ação**, 28(3), 35-49.
<https://doi.org/10.17058/rea.v28i3.14677>

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro, WAKG EDITORA, 2009.

ANDRADE, Amon Mascarenhas de Andrade. O estágio Supervisionado e a Práxis Docente. In: SILVA, Maria Lúcia Santos Ferreira da. (Org). **Estágio curricular: contribuições para redimensionamento de sua prática**. Natal: EDUFRN, 2005.

BITES, M. F. S. C. **Participação dos professores na política educacional de inclusão em Goiás**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo 2005.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília- mec-sesp, 2001 a.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei da promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000.

BRASIL. Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

BRASIL. **técnica 19/2010, de 8 de setembro de 2010**. Brasília:

BRASIL. MEC/SEESP/GAB, 2010. Disponível em: *portal.mec.gov.br › docman › 17237-secadi-documento-subsidiario-2015*. Acesso em 03 de novembro de 2019 às 23h38.

BRASIL. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2014. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em out. 2023.

CANDAU, V. M. LELIS, I. A. A Relação Teórico-Prática na Formação do Educador. Rumo a uma nova **didática**. 10 ed. Petrópolis: Vozes. 1999, p. 56-72.

CORRÊA, M. A. M. **A Educação Especial no Brasil**. In: vol.1 aulas 1915, p. 10-118, 2014. Apostila de curso de graduação.

COSTA, V. A. da. Inclusão de alunos com deficiência. Experiências docentes na escola pública. **Revista debates em educação**. Maceió, v.3, n. 5, p 49-62, Jan/jun, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais**, 1994.

FONSECA, V. 2003, Educação Especial – Artes médicas, Porto Alegre, 1997. Guimarães, A. Inclusão que Funciona. **Revista Nova Escola**, São Paulo, p. 4347, set.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade** - Tese de Conclusão para Cadeira de História e Filosofia da Educação de Belas Artes Pernambuco - 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. **Saberes necessários à prática Educativa**. 53.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOMES, Claudia. **Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva**. Desafios para a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Universidade Federal Alfenas, 2012.

KRAMER, S. **Alfabetização Leitura e Escrita**: formação de professores em curso. São Paulo, Ática 2006.

LUKESI, C. C. **Ludicidade e Atividades Lúdicas – uma abordagem a partir da experiência interna**. Nov. 2005. In “Desenvolvimento dos Estados de Consciência e Ludicidade”. Vol 2, no I, 1998, p. 09-25; “Educação Ludicidade e Prevenção das Neuroses Futuras: Uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese.” In: Educação e Ludicidade, Coletânea Ludopedagógica, Ensaios 01, FAGED/UFBA, 2000, p. 21.

MANTOAN, M. T. **Inclusão Escolar**: O que é, porque é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção: Cotidiano Escolar).

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**. O que é? Porque? Como fazer? São Paulo: Moderna 2007.

MARCHESONI, L. B.; SALTO, H. T. I. **A disciplina na educação infantil**: o papel do planejamento. 2012.21 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINEZ, M. J.; LAHONE, C. O. **Planejamento Escolar**. São Paulo: Saraiva, 1977.

MORAES, D. de A. **A importância do lúdico na educação especial**. São Paulo, 2015.

PASSATTI, I. (1984) **Deficiência Mental**: da Supertição a Ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.

ROHD, L. A. **Transtorno de Deficit de Atenção/Hiperatividade**. O que é? Como ajudar? Porto Alegre: Artemed, 1999.

ROSSATO, M. (org). **Políticas Públicas e Necessidades Especiais**. Maringá EDUEM, 2005.

RODRIGUES, David. **Dez ideias mal feitas sobre a educação inclusiva**. In:-org “Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.” São Paulo, Summus, 2006.

ROZEK, Marlene. **Subjetividade, formação e educação especial: história de vida de professores**. Tese de Doutorado em Educação. Programa de pós graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, 2010.

SAWAIA, B. R. K. **As artimanhas da exclusão dos pontos análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis Vozes, 2001.

SCHON, D. A. **Formar Professores Como Profissionais Reflexivos**, in – os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 25-57.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1988.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

ZAPPAROLI, K. **Estratégias Lúdicas para o Ensino de Crianças com Deficiência**. 2 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2014.